



O MODELO BARCELONA DE ESPAÇO PÚBLICO E DESENHO URBANO
O ESPAÇO PÚBLICO NA INSERÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS
O caso da Plaça dels Àngels e da Plaça Joan Coromines



UNIVERSITAT DE BARCELONA

Facultat de Belles Arts

Master Oficial en Disseny Urbà: Art, Ciutat, Societat

U

B

Trabalho final para a obtenção de título de Mestre em
DESENHO URBANO: ARTE, CIDADE, SOCIEDADE

Autora: Mariana Geraldês Pires Aires Silva

Orientador: Dr. Antoni Remesar Betlhoc



UNIVERSITAT DE BARCELONA



Facultat de Belles Arts
Master Oficial en Disseny Urbà: Art, Ciutat, Societat

O MODELO BARCELONA DE ESPAÇO PÚBLICO E DESENHO URBANO

O Espaço Público na inserção de novos Equipamentos Culturais

O caso da *Plaça dels Àngels* e da *Plaça Joan Coromines*

Trabalho final para obtenção de título de Mestre em
DESENHO URBANO: ARTE, CIDADE, SOCIEDADE

Autora: Mariana Geraldês Pires Aires Silva

Orientador: Dr. Antoni Remesar Betllhoc

Júri

Presidente: Dr. Pedro Brandão
Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

Vogal: Dra. Joana da Cunha Leal
Departamento de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa.

Secretario: Dr. João Pedro Costa
Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Junho 2012

Agradecimentos

i

Ao Prof. Antoni Remesar pelo acompanhamento e incentivo nos momentos possíveis.

À minha família, Mãe, Pai, Tio Zé e Fábio por, mesmo longe, me proporcionarem o apoio e o carinho necessários para esta experiência.

Aos companheiros de descoberta desta fantástica Barcelona, Débora, Susan, Óscar, Thais, Emanuelle e Boryana.

Um grande obrigado e um até breve.

Resumo

O presente trabalho realiza um estudo sobre o modo de implantação no espaço urbano de um equipamento de grande escala de construção recente – mais especificamente o caso equipamento cultural - e a forma como este influencia as transformações a nível físico e social da sua envolvente. Para analisar o impacto da inserção do equipamento serão estudadas praças que tenham sido intervencionadas no âmbito da sua construção. Para isso, o trabalho irá focar-se também nas metodologias de avaliação da qualidade do espaço público a fim de analisar esses casos de estudo e elaborar uma hipótese explicativa para a situação actual.

Para a investigação foram seleccionados dois exemplos de espaço público em Barcelona: a *Plaça dels Àngels* e a *Plaça de Joan Coromines*, adjacentes ao *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) e ao *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB) respectivamente, inseridos na área urbana do Raval. Neste âmbito interessa também abordar o contexto cultural, programático e legal de cada caso, pelo que se irá procura perceber o papel que as políticas do Modelo Barcelona desempenharam na sua execução.

Palavras-chave: **Espaço Público, Equipamento, Modelo Barcelona, Museu, Praça, Sociologia Urbana, Urbanismo.**

Abstract

The present work conducts a study on the mode of placement of a large-scale new facility in the urban space – specifically the case of the cultural facility – and how it influences the changes in physical and social development of its surroundings. To analyze the impact of the museum placement, this study will focus on its surrounding squares that have been intervened in its construction. In order to draw up a possible explanation for the current situation, this work will approach methodologies for assessing the quality of public space.

For this analysis were selectes two case studies, as an example of public space in Barcelona: the *Plaça dels Àngels* and the *Plaça Joan Coromines*, each adjacent to the *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) and the *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB) in the Raval's urban area. In this context, it is also of interest to address the cultural, programmatic and legal framework of the construction, also focusing the role played by the Barcelona Model policies.

Key Words: **Barcelona Model, Museum, Public Space, Public Facility, Square, Urban Sociology, Urbanism.**

Resum

El trabajo propuesto tiene como objetivo realizar un estudio sobre el modo de implementación en el espacio urbano de una nueva construcción en gran escala - más concretamente de las instalaciones culturales - y cómo esta influencia cambia su entorno físico y social. Para analizar el impacto de la inserción del equipamiento serán estudiadas plazas que se han intervenido en su construcción. Para ello, el trabajo se centrará también en las metodologías para la evaluación de la calidad del espacio público con el fin de examinar estos estudios de casos y elaborar una hipótesis explicativa de la situación actual.

Para la investigación se seleccionaron dos ejemplos de espacio público en Barcelona: la *Plaça dels Àngels* y la *Plaça Joan Coromines*, junto al *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) y al *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB), respectivamente, insertadas en la área urbana del Raval. En este contexto también tiene interés las circunstancias culturales, programáticas y legales de cada caso, por lo que se busca realizar la función desempeñada por las políticas urbanísticas en la implementación del Modelo Barcelona.

Palabras clave: **Espacio Público, Equipamiento Cultural, Modelo Barcelona, Museo, Plaza, Sociología Urbana, Urbanismo.**

Resumen

El treball proposat té com a objectiu realitzar un estudi sobre la manera d'inserció en l'espai urbà d'una nova construcció a gran escala - més concretament el equipament cultural - i com aquesta influència canvia l'entorn físic i social. Per analitzar l'impacte de l'inserció de l'equipament seran estudiades places que s'han intervingut en la seva construcció. Per a això, el treball se centrarà també en les metodologies per a l'avaluació de la qualitat de l'espai públic fins a examinar aquests casos d'estudi i elaborar una hipòtesi explicativa de la situació actual.

Per a la investigació es van seleccionar dos exemples d'espai públic a Barcelona: la *Plaça dels Àngels* i la *Plaça Joan Coromines*, al costat del *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) i del *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB) respectivament, que s'insereixen en l'àrea urbana del Raval. En aquest context també interessa fer front a les circumstàncies culturals, programàtiques i jurídiques de cada cas, pel que es tracta d'adonar-se de la direcció de les polítiques del Model Barcelona en la seva aplicació.

Paraules clau: **Espai Públic, Equipament Cultural, Model Barcelona, Museu, Plaça, Sociologia Urbana, Urbanisme.**

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	iii
Resum	v
Resumen	v
Índice Geral	vi
Glossário	viii
Índice de Siglas e Abreviaturas	ix
1. Introdução	2
1.1. Objecto, Motivação e Justificação do Tema	2
1.2. Obejectivos	4
1.3. Metodologia e Organização	5
2. Espaço Público e Equipamentos Culturais na transformação da Cidade	8
2.1. Cidade, espaço urbano e o seu carácter público	8
2.2. Equipamentos e Serviço Público	10
2.3. Exigências e Qualidade do Espaço Público contemporâneo	12
2.4. Emergência actual do equipamento cultural no contexto europeu	15
3. Barcelona: Espaço Público e Equipamentos Culturais	20
3.1. O Modelo Barcelona e as principais políticas do sector cultural	20
3.2. O Espaço Público na relação com Equipamentos Culturais na cidade actual	27
3.3. O caso do Raval: MACBA e CCCB na relação com o espaço urbano	31
4. Metodologia: Ferramentas para a Análise e Avaliação da Qualidade do Espaço	36
4.1. Metodologia e Ferramentas de Análise	36
I. Avaliação do espaço - características físicas	37
I. Avaliação do espaço - características sociais	44

III. Síntese da Análise	45
5. Casos de Estudo: <i>Plaça dels Àngels</i> e <i>Plaça Joan Coromines</i>	48
5.1. Descrição	48
A. <i>Plaça dels Àngels - Museu d'Art Contemporani de Barcelona</i>	48
B. <i>Plaça Joan Coromines - Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona</i>	51
5.2. Análise	54
A. <i>Plaça dels Àngels - Museu d'Art Contemporani de Barcelona</i>	54
B. <i>Plaça Joan Coromines - Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona</i>	63
6. Conclusões	72
6.1. Barcelona: o sucesso do Espaço Público na relação com Equipamentos Culturais	72
6.2. Qualidade do Espaço Público ligado a Equipamentos Culturais - factores determinantes	73
Bibliografia	78
Bibliografia específica	78
Bibliografia virtual	81
Índice Analítico	83
Índice de Figuras	85
Índice de Tabelas	90
Índice de Gráficos	90
Anexos	92
I. Quadros de Diagnóstico de Valores Identitários	92
II. Quadros de Avaliação Qualitativa do Espaço	93
III. Elementos Desenhados	96

Glossário

Avenida – A avenida distingue-se da rua pela dimensão da sua secção, possibilitando um maior caudal de circulação pedonal e rodoviário. Possui também, mais comumente, elementos arbóreos na delimitação entre zonas de circulação. Dada a sua importância na hierarquia viária estruturante da Cidade, concentra maior oferta de serviços e comércio.

Espaço Público – Conceito que abrange múltiplos domínios mas que na sua essência é, como descreve Brandão (2002: 190), “toda a área, em princípio exterior e não edificada, de livre acesso e uso colectivo.”

Equipamento – Segundo Brandão (2002: 190) são “edifícios e espaços públicos ou colectivos que proporcionam serviços destinados a garantir a satisfação de necessidades sociais de natureza cultural, educativa, desportiva, de saúde ou outras, que não servem directamente a actividade económica.” Ainda nesse seguimento, em *Vocabulário Urbanístico* da DGOT (cit. in Brandão, 2002) “os equipamentos compreendem essencialmente quatro grandes domínios, o da saúde, o da educação, o da cultura e o do recreio ou das actividades de tempos livres.”. Reforça-se a ideia de que o equipamento oferece um serviço à população.

Jardim – De acordo com *Normas Urbanísticas* de Costa Lobo (cit. in Brandão op. cit.) “são equipamentos sociais de recreio e de lazer de âmbito mais local do que o parque urbano. Distingue-se do parque por ter uma área geralmente inferior a dez hectares e uma estrutura que condiciona em grande parte os utentes a permanecerem em zonas formais, pavimentadas e mobiladas.” O Jardim possui ainda uma área de acção relativa ao bairro em que se insere já que os vizinhos são os principais utilizadores sendo direccionado para o acesso pedonal.

Parque – Espaço livre de grande área que, segundo Costa Lobo (cit. in Brandão op. cit.) “é simultaneamente um equipamento social, um elemento estruturante do tecido urbano e espaço livre necessário para a qualidade do ambiente urbano. (...) Dentro do parque, por princípio, não devem ser introduzidos outros equipamentos. Toleram-se, quanto muito, alguns serviços ligeiros de apoio (quiosques, pequenas esplanadas). Só se justifica construir parques urbanos em aglomerados com mais de 25.000 a 30.000 habitantes.”

Praça – espaço centrípeto da Cidade a diversas escalas, confluyente de vias, fluxos e transportes. São lugares plurifuncionais que concentram serviços públicos, comércio e serviços que possuem um carácter simbólico para aquele local e mesmo para a Cidade. Essa importância simbólica advém da ligação à dimensão histórica do lugar, pois é na praça que se localizam os principais monumentos e os edifícios mais notáveis para aquele colectivo. Na sua essência a praça resulta do cruzamento de caminhos e, à escala menor designa-se por “largo”. Possui mobiliário urbano de apoio às diversas actividades que alberga e, muitas vezes, elementos arbóreos que inferem na atractividade e na melhoria da experiencia daquele lugar.

Rua – “O que é uma rua? É uma via no interior de um aglomerado urbano que serve, específica ou simultaneamente, para atravessar uma zona desse aglomerado, para acessar lugares situados ao longo ou imediatamente próximos a essa via e para produzir espaço colectivo utilizável em diversos tipos de actividades. Uma rua assegura então ao menos uma das seguintes funções: de trânsito, de acesso (distribuição) ou de recepção.” (Francois Ascher cit.in Borthagaray, 2010) Enquanto via de circulação que estrutura a Cidade, a rua estabelece o contacto primário a todos os constituintes da cidade, estando hierarquicamente abaixo da Avenida. De espaço linear a rua possui um perfil de dimensões mais reduzidas que a Avenida e a sua utilização envolve também a permanência de pessoas e o estacionamento de veículos.

Índice de Siglas e Abreviaturas

CCB – Centro Cultural de Belém

CCCB – Centre de Cultura Contemporània de Barcelona

PEMB – Pla Estratègic Metropolità de Barcelona

PERI – Pla Especial de Reforma Interior

PDM – Plano Director Municipal

PGM – Pla General Metropolità

MACBA – Museu d’Art Contemporani de Barcelona

1

1. Introdução

1.1. Objecto, Motivação e Justificação do tema

O presente trabalho tem como objecto de estudo o espaço público na proximidade de um equipamento cultural. Procura-se entender o papel que este tipo de espaço tem na Cidade actual, as diferentes abordagens tidas na sua concepção, avaliar as características físicas que contribuem para que seja um espaço de qualidade e verificar como a presença dos equipamentos, em relação com o conjunto de espaços públicos gerados se reflecte no uso e portanto no contexto social da sua envolvente.

O espaço público é o elemento responsável pela estruturação da Cidade desde a sua origem e oferece a base para o crescimento e qualidade do espaço urbano ao longo do seu ciclo de vida (Benevolo, 1993). É através da forma como, ao longo da História, as diferentes sociedades se vêm a apropriar dele e a utilizá-lo (White, 1980; Gehl, 1987) que podemos constatar que o espaço público é o reflexo da sociedade que o habita, traduzindo os seus valores nos universos político, económico, religioso e social (Borja, 1987; Carmona, 2003; Gonçalves, 2006).

O espaço público actua também a níveis intangíveis na relação com a sua comunidade, sendo capaz de reforçar a identidade de um lugar através da criação de referências simbólicas (Brandão, 2008) e a reciprocidade que se cria entre os dois mantém-se através da capacidade que o espaço público tem em adaptar-se aos novos usos que a sua comunidade exige. O seu processo evolutivo constitui um importante tema de reflexão a nível da Arquitectura e do Desenho Urbano, e a forma como se relaciona com as

transformações sociais vem sendo objecto de um maior interesse desde a segunda metade do século XX quando se começa a pôr em questão a qualidade urbana e as condições de vida na Cidade (Lynch, 1960; Jacobs 1961) dando origem a diferentes estratégias de regeneração, baseadas em princípios do espaço público (Rossi, 1966; Bohigas, 1985) a partir dos anos 70 e 80.

Estas infra-estruturas, enquanto equipamentos públicos em muitos casos dinamizados por eventos como “Capital da Cultura”, Jogos Olímpicos, Exposições Universais ou festivais de forte visibilidade global, têm como característica principal a oferta de serviços culturais de apoio aquela comunidade – como é, aliás, característica genérica dos equipamentos sendo disso exemplo os museus, salas de espectáculos, bibliotecas, centros culturais, como de outros usos como interfaces de transporte colectivo, igrejas, aeroportos, tribunais, escolas e hospitais. A abordagem tida na concepção destes projectos passa, muitas vezes, pela intervenção no espaço público circundante. Esta é uma forma de não só enriquecer aquele equipamento com outros usos mas também de estabelecer, através do espaço público uma ligação à Cidade, fazendo com que ele se insira na rede de espaços públicos urbana.

O espaço público gerado pode assim ser isolado ou, pelo contrário, pode ganhar um carácter estruturante ao nível local, podendo mesmo nalguns casos ganhar uma importância maior naquele lugar, dando coerência e estruturando aquela sequência de infra-estruturas num processo de regeneração. A tendência actual é para que este espaço gerado aumente com impactos positivos no turismo mas com custos de gestão significativos. Nesse caso, podendo

a sua gestão caber às entidades que dirigem os equipamentos, existirá uma redução de custos na administração da Cidade.

Mas pode este espaço público ganhar autonomia da entidade que o gerou?

Será ele capaz de conceder novas mais-valias à comunidade em que se insere?

Estas são questões importantes para o desenvolvimento deste trabalho, estando necessariamente ligadas aos mecanismos de avaliação da qualidade dos espaços públicos. Interessa pois analisar espaços dessa génese, em diferentes contextos, de forma a conseguir uma avaliação das suas características físicas, perceber o impacto a nível social na envolvente próxima e elaborar uma hipótese explicativa para cada situação.

3

A tipologia de espaço público objecto deste estudo é a praça, decorrente ou inserida no projecto de um equipamento cultural. Consideram-se dois exemplos situados em Barcelona inseridos num contexto semelhante mas criadas com propósitos distintos. Assim, estudar-se-á a *Plaça dels Àngels* englobada no projecto do CCCB e a *Plaça Joan Coromines* intervencionada no âmbito do MACBA. A escolha dessa tipologia provém do seu carácter centrípeto com uma área de influência que alcança a comunidade e no seu papel importante na estruturação do espaço público urbano – a praça foi sempre, depois da rua, o lugar de eleição na reunião e concentração de pessoas, enquanto potenciador da fixação serviços e gerador da identidade de uma comunidade (Brandão, 2008). Através desse poder centralizador e, tendo presente o carácter de regeneração urbana inerente ao espaço público, interessa-nos pois perceber a potencialidade de contágio deste tipo específico de espaço, o que motiva a questão de

investigação deste trabalho:

Pode o espaço público gerado por equipamentos culturais contribuir para um novo contexto urbano na envolvente de tais equipamentos, através de um sistema de espaços públicos cujas actividades estimuladas “contaminem” novos usos e vivências num processo regenerador?

Assim, a investigação partirá de uma contextualização no âmbito do planeamento estratégico da Cidade, onde o Modelo Barcelona teve uma grande relevância, que ajudará a compreender a motivação para a criação desses espaços e a explicar o impacto não só na envolvente próxima como ao nível da Cidade.

Esta trabalho nasce, principalmente, da constatação de que nem todo o espaço público de intervenção recente tem como resultado uma resposta positiva por parte da comunidade em que se insere. A partir da observação directa de alguns casos europeus foi possível notar este facto claramente, nomeadamente em zonas requalificadas ou criadas de raiz na proximidade de um equipamento público de uso intensivo. A ligação ao equipamento cultural justifica-se pelo facto de a componente cultural ser uma vertente que tem vindo a ganhar protagonismo, tendo um impacto considerável nas dinâmicas da Cidade. Assim a relação entre estes equipamentos e o espaço público não deve ser ignorada mas compreendida, através de metodologias adequadas para a sua avaliação.

1.2. Objectivos

Este trabalho tem como objectivo estudar a relação entre os espaços públicos ligados a equipamentos culturais de construção recente e compreender a possibilidade e natureza do seu impacto a nível físico e social, na regeneração da envolvente próxima. Dado que os casos de estudo se situam em Barcelona, é também oportuno entender a contribuição do Modelo Barcelona em cada um e o seu reflexo no contexto actual.

O estudo parte do levantamento de algumas questões:

- Como se define o carácter público do espaço?
- Qual a implicação da configuração de um determinado espaço no ambiente social?
- O que define um espaço público de qualidade e que critérios e métodos usar na sua avaliação?
- Que exigências de uso, simbólicas ou outras se adequam ao espaço público contemporâneo?

De forma a abarcar, de uma maneira mais completa, o contexto de cada caso de estudo, consideram-se alguns objectivos específicos decorrentes da pesquisa de cada um, como por exemplo:

- i. Conhecer a situação urbanística e social anterior ao projecto ;
- ii. Identificar as necessidades existentes e motivadoras do projecto;
- iii. Compreender os objectivos projectuais do edifício em análise, nomeadamente aqueles com reflexos directos no espaço exterior;

iv. Determinar as qualidades/defeitos do espaço público construído e analisar a forma como as pessoas o utilizam e como se integram na rede de espaços públicos envolventes;

v. Destacar os benefícios ou danos do projecto construído para a comunidade em que se insere, tentando elaborar hipóteses que o expliquem.

Neste processo ter-se-á sempre em conta a forma como foi abordada a vertente de intervenção urbana do projecto - se foram tidos em consideração os objectivos dos planos urbanísticos e a participação de actores oportunos. Crê-se que este ponto seja a hipótese de investigação e que, juntamente com as conclusões obtidas na análise da qualidade do espaço, será em grande parte responsável pelas considerações que se irão atingir.

1.3. Metodologia e Organização

Metodologia

A qualidade de um espaço público encontra-se ligada a vários factores, nomeadamente físicos, históricos, culturais e na forma como estes se reflectem na qualidade de vida dos cidadãos que dele usufruem. Assim, torna-se necessário recorrer a temas abrangentes para avaliar essa qualidade os quais, dada a sua natureza diversa, deverão ser abordados de formas distintas.

A investigação desenvolveu-se, assim, em três fases:

FASE 1: Pesquisa bibliográfica

- Recolha de dados referentes à situação contextual social e económica anterior ao projecto, nomeadamente os motivos para o surgimento da obra e os objectivos a que se propunha responder;
- Pesquisa relativa aos intervenientes no projecto e abordagem programática;
- Recolha de dados relativos à situação actual de cada caso;
- Tratamento e análise dos dados obtidos.

FASE 2: Trabalho de campo

- Avaliação do espaço através das suas características físicas;
- Avaliação do espaço observando o comportamento da sua vida social;
- Sistematização: critérios gerais, específicos, em pontos fortes e fracos, ponderados.

FASE 3: Cruzamento de dados e extracção de conclusões

- Comparação dos dados obtidos na avaliação do espaço com os pressupostos projectuais;
- Elaboração de hipóteses explicativas para o sucesso ou insucesso de cada caso.

É de referir que as fases de trabalho de campo e cruzamento de dados envolvem uma maior complexidade de investigação pela natureza diversa das vertentes que se pretendem analisar em cada caso - tanto as características espaciais como as sociais. Assim, a metodologia utilizada nesta etapa será descrita em maior pormenor no capítulo 4.

Organização do conteúdo

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos tendo sido já descrito, num resumo introdutório (capítulo 1.), a motivação e justificação do tema, os objectivos que se pretende atingir, a metodologia geral utilizada e o estado da arte e revisão bibliográfica mais significativos para o desenvolvimento da dissertação.

No capítulo seguinte (capítulo 2.) será feito um enquadramento do tema através de uma reflexão geral onde se investiga o papel do espaço público na relação com equipamentos de serviço público na Cidade. Abordar-se-á o carácter público tanto do espaço urbano como do equipamento, as exigências de uso, simbólicas e de qualidade ligadas ao espaço público contemporâneo e, por fim, focar-se-á o fenómeno da massificação dos equipamentos de grande escala, nomeadamente dos de carácter cultural, a nível europeu e a sua

relação com o espaço público próximo.

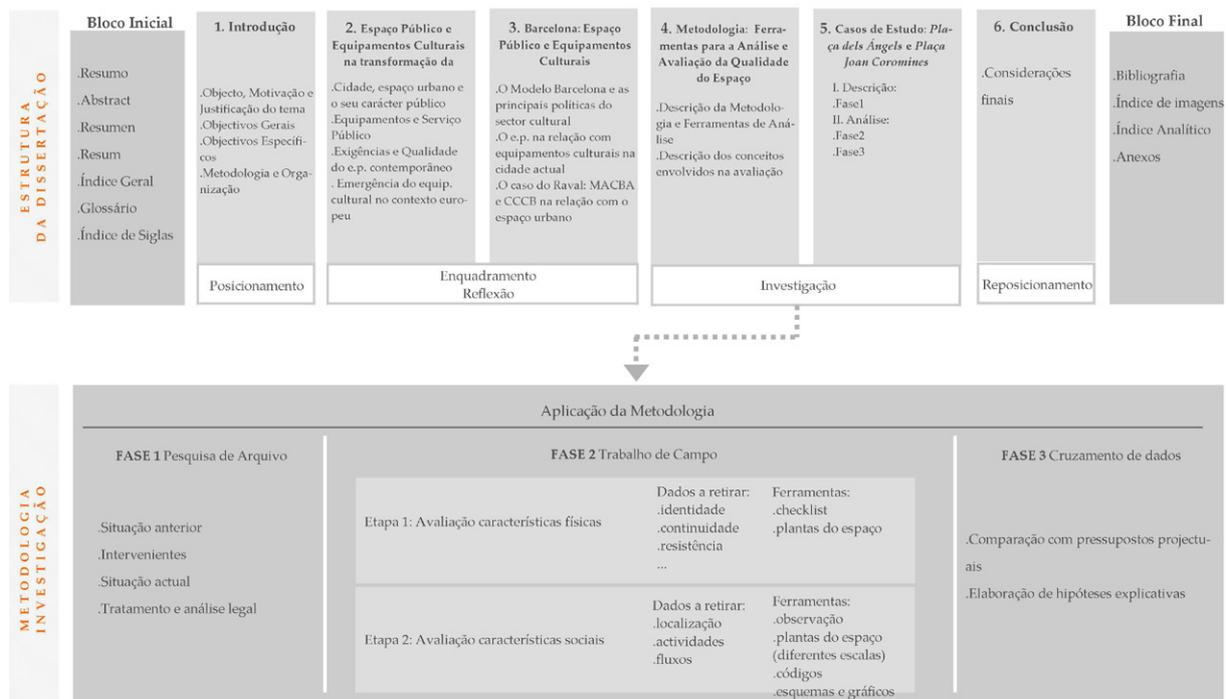
No terceiro capítulo (capítulo 3.) faz-se uma aproximação à cidade de Barcelona, nomeadamente à sua relação com o espaço público e com as infra-estruturas desde a década de oitenta até hoje. Pretende-se explicar a conjuntura política, económica, urbanística e social que levou ao surgimento dos casos em estudo, ressaltando o papel fundamental do sector cultural nessa evolução.

O capítulo 4. aborda a metodologia específica utilizada na análise dos casos de estudo. Especifica as ferramentas utilizadas para a avaliação da qualidade dos espaços, tanto a nível físico como social, esclarecendo os conceitos nela englobados.

O capítulo 5. foca-se nos casos de estudo e divide-se em duas partes. Na primeira faz-se uma curta descrição de cada um referindo o seu estado anterior ao projecto, contextualizando no plano urbano e local a motivação dos projectos, os actores que nele participaram, o programa levado a cabo e fazendo uma curta descrição da situação actual, social e económica no território próximo em que se insere. Na segunda parte procede-se então à síntese da análise feita em cada caso de estudo com base na metodologia descrita no capítulo anterior.

O capítulo final (capítulo 6.) expõe as conclusões principais da dissertação, conseguidas através do cruzamento dos resultados da avaliação dos espaços com os factos descritos no terceiro capítulo extraíndo-se do resultado a resposta às questões colocadas.

Integram-se ainda a bibliografia e os anexos do trabalho, onde se incluem as tabelas e plantas que auxiliaram a análise e avaliação de cada caso de estudo.



2

2. Espaço Público e Equipamentos Culturais na transformação da Cidade

2.1. Cidade, espaço urbano e o seu carácter público

A Cidade possibilitou, ao longo da História, as condições necessárias para reunir e acelerar as principais evoluções em diversos campos da Humanidade. Como local de eleição para a concentração de pessoas, é ela que permite uma maior possibilidade de estabelecer contactos, trocar informações e, no fundo, sociabilizar. Analisando as diferentes sociedades ao longo da História podemos verificar que o conceito de Cidade e de Civilização andaram sempre a par, podendo-se assim confirmar que a estrutura da sociedade reflecte-se sempre na “forma” da Cidade que habita (Benévolo, 1993; Gehl, 1986; Gonçalves, 2006; Hall, 1966; Serdoura, 2006). Esta “forma” encontra-se primeiramente ligada às condições topográficas do território em que se estabelece, decorrendo da evolução técnica dessa comunidade e da sua capacidade construtiva em relação à superação de obstáculos, assim como das características da sua organização política, das condições da sua situação económica e também das suas questões culturais¹.

Enquanto potente aglutinador de serviços, a Cidade serviu desde cedo como atractivo para a fixação de pessoas o que determinou, logo desde a sua génese, a coexistência de duas dimensões: o espaço que é privado e aquele que é público. Pode-se dizer que o espaço privado funciona como limite a todo o espaço livre e acessível a qualquer pessoa, mas é no âmbito do público que

as nossas cidades se estruturam. Ruas, avenidas, praças, largos, pracetas, jardins, parques fazem parte do “negativo” da Cidade que permite a conexão entre as suas partes ao mesmo tempo que possibilita a sua experiência. Em *A Imagem da Cidade* Lynch reforça o carácter estruturante e hierarquizante do espaço público na Cidade referindo que só através dele é possível criar uma imagem mental do ambiente em que nos encontramos já que ele tem a sua própria posição no espaço urbano e através dele somos capazes de relaciona-lo com a totalidade da Cidade².

Não podemos esquecer que a Cidade atrai uma grande quantidade de pessoas para viver num território limitado. Por isso, desde cedo foi necessário criar regras para garantir a segurança e de todos os seus utilizadores. Acerca disto Borja e Muxí (2001: 44) afirmam: “*El espacio público es un concepto jurídico (pero no únicamente); un espacio*

8



Fig.1 Nuremberga no séc. XIII - o carácter estruturante do espaço público (a laranja identificam-se as principais praças)

¹Podemos observar que nos períodos em que a comunicação entre cidades foi menos intensa, nomeadamente no início da Idade Média (séculos X a XII), cada Cidade desenvolveu características mais singulares e distintivas entre si do que em qualquer outro período. O autor adianta ainda que o único elemento que une as urbes deste período é a “arquitectura da luz” – ou Gótico. Leonardo Benevolo - *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

²O autor enuncia ainda os cinco elementos da imagem da cidade através dos quais conseguimos realizar mapas mentais: pontos marcantes, vias, cruzamentos, limites e bairros. Kevin Lynch - *A Imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70, 2008.

sometido a una regulación específica por parte de la administración pública, propietaria o que posee la facultad del dominio sobre el suelo y que garantiza la accesibilidad a todos y fija las condiciones de utilización y de instalación de actividades. El espacio público moderno resulta de la separación formal (legal) entre la propiedad privada urbana (expresada en el catastro y vinculada generalmente al derecho a edificar) y la propiedad pública (o dominio público por subrogación normativa o por adquisición de derechos por medio de cesión), que normalmente supone reservar este suelo libre de construcción (excepto equipamientos colectivos, infraestructuras de movilidad, actividades culturales y a veces comerciales, referentes simbólicos monumentales, etc.).” No entanto existem algumas ambiguidades neste âmbito, já que os diversos níveis de privacidade podem englobar características diferentes, nomeadamente, pode-se considerar que “o espaço público é também o espaço colectivo, ou seja, o espaço privado acessível, com maiores ou menores restrições para a maioria dos cidadãos”³. Enquanto que é possível limitar a acessibilidade de cidadãos ao espaço público⁴ - facto que, segundo os parâmetros actuais, “privatiza” o espaço livre urbano - a qualidade “pública” do espaço urbano pode estar presente em espaços privados a nível jurídico que, pela forma como são utilizados, acabam por adquirir um carácter público (e.g. os espaços intersticiais entre edifícios, os acessos às estações, as ligações intermodais de transportes e mesmo alguns equipamentos, nomeadamente do sector cultural).

A relação de reciprocidade entre o espaço público, o ambiente social e a configuração física da Cidade é tal que cada um tem o poder de inferir alterações no outro, daí que seja da maior



Fig.2 Espaço privado adquire carácter público - Interface da Gare do Oriente em Lisboa



Fig.3 Espaço privado adquire carácter público - Interstício no Alto dos Moinhos em Lisboa requalificado para uso público

³Antoni Remesar (Coord.) – *Do Projecto ao Objecto. Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos*, Lisboa; Centro Português do Design, 2005, p.22.

⁴Como foi o caso das civilizações grega e romana.

importância entender esta relação como um todo de maneira a poder estudar formas de melhorar a Cidade e saber antever problemas⁵.

Segundo Gonçalves (2006: 50), o conceito de “espaço público” surge pela primeira vez em França nos anos setenta do século XX, fruto de um contexto cultural que se voltava para os interesses sociais mas, principalmente, porque se começou a perceber que “as transformações sociais estavam a afectar a sua forma e uso”. Assim, não é de estranhar que a forma como o ser humano entende o espaço público tenha sido diferente ao longo do tempo, e que pela sua influência nos diversos campos da sociedade, nomeadamente económico e político, tenha passado a ser objecto de um olhar mais atento. Assim se fundamenta que a reflexão sobre o espaço público esteja presente já desde há muitos séculos, contrariamente ao que comumente se pensa⁶. Nos últimos anos o espaço público tem sido um objecto de estudo importante nos temas do Urbanismo e da Sociologia Urbana e, nessa linha, este trabalho procura explorar uma das suas vertentes: o espaço público relacionado com a presença de um equipamento de serviço público.

2.2. Equipamentos e Serviço Público

A associação entre o espaço público e os equipamentos de serviço público surge desde a formação das primeiras cidades (facto condicionado pela documentação que chegou até nós). O seu aparecimento está ligado à necessidade de equipar o espaço público de funções de interesse geral e de dar resposta às necessidades das populações em comunicar, circular, trocar ideias, interagir e, ao mesmo tempo, dotar a Cidade de serviços, através da criação de infra-estruturas e edifícios ligados à educação, administração, justiça, saúde, cultura ou mesmo ao lazer e entretenimento. Assim, enquanto órgãos de apoio à população, os equipamentos podem justificar a afluência de pessoas a um local e a sua eventual fixação. Esta é, aliás, uma das razões principais da formação das cidades. Mas existem outras razões para a atractividade de um local potenciadas pela presença de um equipamento, nomeadamente razões simbólicas, monumentais e

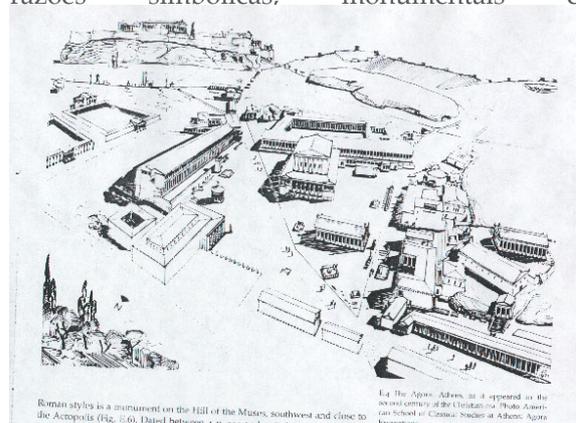


Fig.4A Ágora grega - equipamentos de apoio e espaço público na estruturação das primeiras cidades

⁵Já em 1981 Kevin Lynch defende a importância do espaço público enquanto lugar de vida no desenho da cidade. Kevin Lynch - *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007. Em 1985, na obra que lança os alicerces para uma nova abordagem à cidade de Barcelona - o Modelo Barcelona que actua precisamente a partir de operações no espaço público - Oriol Bohigas descreve sucintamente o espaço público como “receptáculo físico do acontecer de una ciudad y es su esencial definición formal”. Oriol Bohigas - *Reconstrucció de Barcelona*. Barcelona: Edicions 62, 1985.

⁶Pode-se no entanto afirmar que o interesse pela componente social do espaço começou a ser mais debatida nesta época, principalmente pelas obras que se produziram tanto de um lado do Atlântico como do outro (Hall, 1966; Gehl, 1986).



Fig.5 Siena (centro histórico) - o adro da igreja na estruturação da Cidade Medieval



Fig.6 Praça do Capitólio - O desenho cuidado do espaço público na Cidade Renascentista



Fig.7 Praça dos Três Poderes em Brasília - um dos bons exemplos de espaço público no Movimento Moderno

administrativas. Dada a sua força mobilizadora, a importância desses equipamentos para a sociedade vai-se reflectir, naturalmente, na malha urbana – quer seja por necessidade prática⁷ ou apenas para conferir um grau hierarquizante a nível da estrutura em que se insere – e é curioso como podemos hoje, com o conhecimento do funcionamento das diferentes sociedades, perceber através da análise do espaço urbano que valores lhes estavam subjacentes.

O espaço urbano ligado a equipamentos públicos surge, também, como uma importante ferramenta de análise da evolução do espaço público urbano na história da Cidade. Podemos verificar que a evolução dessa relação tem sido cada vez mais importante na estruturação da Cidade (mesmo independentemente da existência de estratégias urbanas mais ou menos intencionais nesse aspecto). Esta simbiose foi mais forte nalguns momentos da História, como nos casos da Civilização Romana, na Cidade medieval ou no início do século XX com a urbanística Formal. Noutros períodos foi considerada autonomamente como parte da função circulatória ou da função da “natureza” na Cidade, como durante grande parte do Movimento Moderno, com as notórias consequências que ainda hoje procuramos resolver.

⁷ Por exemplo a necessidade de aglutinar um grande número de pessoas num dado momento, como acontece nos adros das igrejas.

2.3. Exigências e Qualidade do Espaço Público contemporâneo

Antes do enfoque no tipo específico de espaço público de que é alvo este trabalho é necessário enquadrar alguns pontos que caracterizam o momento que atravessamos ao nível do projecto da Cidade, nomeadamente aqueles que se associam ao que podemos considerar como características de qualidade do espaço público e que se encontram necessariamente ligadas às exigências a que ele deve responder hoje em dia.

Actualmente, o objectivo dos urbanistas e arquitectos é criar um novo tipo de urbanidade produzindo novos tipos de lugar: surgem praças no interior de quarteirões privados, ocupam-se edifícios abandonados para a promoção de actividades culturais revitalizando zonas em desuso ou antigas linhas férreas que se transformam em parque público acrescentando uma zona de ócio à população⁸. Podemos considerar uma crescente valorização contemporânea do espaço público, através do aumento da diversificação de usos e especificação tipos de espaço, como é disso exemplo o espaço público destinado a fins comerciais, o espaço associado ao poder administrativo e notoriamente, os espaços de lazer e paisagísticos como os parques, jardins e passeios. A conjuntura altera-se e o espaço público deve ser adaptado às novas realidades. Mas esta tarefa é complexa, dado que para a intervenção no espaço público converge uma multiplicidade de disciplinas e a sua pertinência varia consoante cada contexto⁹.

Tendo segura a especificidade na abordagem a um qualquer projecto de desenho de espaço público podemos distinguir algumas formas de



Fig.8 High Line em Nova Iorque - adaptação para espaço público de linha de comboio desactivada



Fig.9 Av. Duque d'Àvila em Lisboa recuperada como eixo pedonal de lazer e de comércio

encarar os problemas com que nos deparamos nos dias de hoje. No núcleo central e consolidado da Cidade a preocupação volta-se para a forma como se deve manter e, por outro lado, desenvolver as suas características específicas. Na periferia a dificuldade está em desenhar espaço público que articule os lugares de baixa densidade urbana que a povoam. Defende-se a necessidade de coordenar estes dois lados das cidades, evitando que se criem núcleos sociais e de usos cada vez mais dispersos. Investe-se na pluralidade de funções em focos locais, de forma a que as pessoas tenham acesso à maior parte

⁸ Encontramos exemplo disso na zona do Poblenou em Barcelona ou no projecto High Line em Nova Iorque.

⁹ Este aspecto vai inferir naturalmente na avaliação da qualidade do espaço público e será, por isso, desenvolvido um pouco mais à frente em capítulo próprio.



Fig.10 Jardins Antoni Puigvert em Barcelona - reaproveitamento de um interior de quarteirão



Fig.11 Jardins Montserrat Roig Barcelona - reaproveitamento de um interior de quarteirão



Fig.12 Rambla de la Mina em Barcelona - projecto desenvolvido com a participação da comunidade

dos serviços a um nível próximo e nesse aspecto só o desenho urbano e, mais propriamente, o de espaço público poderá ser o mediador - *“Estamos convencidos de que la dialéctica movilidades-centralidades es una cuestión clave del urbanismo moderno y que la concepción de los espacios públicos es, a su vez, un factor decisivo, aunque no sea el único, en el tipo de respuesta que es necesario dar.”* (Borja e Muxí, 2001: 43).

Pode-se ainda destacar um aspecto mais específico mas comum a grande parte das preocupações no desenho do espaço público e que tem a ver com sua “humanização” e com a importância que os utilizadores têm na definição do seu sucesso (Carmona, Heat e Tiesdel, 2006; Gehl, 1987, 2001). Esta “humanização” prende-se com a oferta de valências que o espaço promove e a forma como as pessoas com ele se relacionam e dele se apropriam, ou, como refere Brandão (2008: 22) “O espaço e as suas características formais, influencia os comportamentos, em actividades, que podem ser necessárias, opcionais ou sociais. As necessidades psicológicas, segurança, sentido de pertença e auto-estima, a expressão estética e comunicativa, a arte, são índices de humanização da paisagem e da inclusão, na esfera pública, simbolizados no espaço público, como um todo expressivo dos valores do colectivo.”. Uma das ferramentas que se tem vindo a utilizar é a consulta dos cidadãos, pois, no final, estes são os destinatários de qualquer projecto. A participação da comunidade é, por isso, parte integrante dos processos de planeamento urbano e, embora existam outros factores que condicionem um projecto, este deverá ter sempre bastante peso nas decisões projectuais - já que consiste na opinião daqueles

que o vão utilizar.

Os espaços que suscitam maior reconhecimento e utilização por parte da população acabam por ser aqueles onde se conseguiu aliar a utilidade pública com a formalização do espaço. Eles são por ela apropriados, passando a fazer parte do consciente colectivo, consolidando a identidade daquele núcleo de pessoas. É de frisar que um espaço estimado é um espaço que tem o poder de contagiar um território maior do que aquele em que se encontra fisicamente delimitado, tendo reflexos directos na competitividade económica da zona, no sentido de identidade e cidadania da comunidade e, naturalmente, na sua qualidade de vida. Assim, os espaços que são capazes de promover dinâmicas positivas na sua comunidade são aqueles que designam os espaços públicos de qualidade - *“El espacio público supone, pues, dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza físicamente por su accesibilidad, lo que lo convierte en un factor de centralidad. La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales. Por ello es conveniente que el espacio tenga algunas calidades formales como la continuidad del espacio urbano y la facultad ordenadora del mismo, la generosidad de sus formas, de su diseño y de sus materiales y la adaptabilidad a usos diversos a través del tiempo.”* (Borja e Muxí, op. cit.: 47).

Posto isto segue-se uma contextualização do papel do equipamento cultural na Europa nos últimos vinte anos, assim como uma aproximação à evolução da relação espaço

público-equipamento cultural em Barcelona.

2.4. Emergência actual do equipamento cultural no contexto europeu

A partir do final da segunda Guerra Mundial e com o choque da modernização dos anos cinquenta, surge a necessidade de retornar aos valores de um passado ideal. Neste âmbito ganham destaque os equipamentos culturais, nomeadamente o museológico, de forma a servir de acervo de memórias. Em contraposição a esta necessidade de retorno a outras épocas, os edifícios que albergam essas colecções começam a ser construídos de raiz para esse objectivo e o entusiasmo dos arquitectos em relação ao seu desenho começa a crescer. O apoio político e financeiro destes projectos proporcionou um incentivo no campo criativo e a concepções de edifício mais audazes fazendo com que, ao longo do tempo, os museus de arte viessem a funcionar como “sismógrafos da cultura arquitectónica” (Lampugnani, 1999: 7).

Edifícios icónicos como o museu *Guggenheim* de Nova Iorque, inaugurado em 1959, ou o *Neue Nationalgalerie* em Berlim, de 1968, mostram já



Fig.13 *Neue Nationalgalerie* aquando da sua inauguração em 1968

o carácter de destaque que estas construções tinham no ambiente urbano, estabelecendo a génese da abordagem tida em relação a muitos dos edifícios do género e que se mantem nos nossos dias. Ainda assim podemos destacar outro tipo de abordagem na concepção dos museus de arte actuais que designa aqueles que funcionam como extensão de uma determinada imagem urbana (sendo disso exemplo o CCCB em Barcelona e o Museu Nacional de Arte Contemporânea em Lisboa). Refere-se que cada tipo de abordagem resulta num diferente posicionamento em relação ao espaço público próximo, sendo o primeiro aquele que maior transformação infere no contexto em que se insere - o que justifica as escolhas dos casos de estudo do presente trabalho. Já Lampugnani refere (1999: 7) as vertentes básicas da natureza dos edifícios museológicos, designando-os como “construções que, para além de cumprirem certas funções representativas e estéticas, devem satisfazer determinadas exigências urbanísticas e funcionais” dando portanto destaque às implicações urbanas que a sua inserção promove.



Fig.14 *Museu Guggenheim* de Nova Iorque (1959)

O museu que se tem vindo a construir nos últimos vinte anos responde a objectivos não só de natureza local, como correspondentes a uma extrapolação tanto a nível de influência da Cidade como a nível de projecção a nível internacional. Esta característica vem sendo acentuada a partir dos anos oitenta quando se estabelecem políticas de competitividade entre cidades como forma de estimular as economias regionais. A Cultura passou a ter um papel fundamental na definição da imagem de um colectivo com poder para o projectar no exterior e com isso potencializar a comercialização dos seus produtos. Assim se forma uma indústria cujo objectivo está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento económico de uma região e é assim que a estruturação desse sector ganha uma grande importância, sendo por isso uma das principais estratégias escolhidas para a regeneração das cidades europeias (Lorente, 1996, 2003).



Fig.16 Centre Georges Pompidou em Paris (1974) - inserção do edifício por oposição no núcleo histórico



Fig.15 Centre Georges Pompidou - praça fronteiriça



Fig.17 Tate Modern em Londres (2000) - inserção do edifício. Neste caso foi recuperado um antigo edifício industrial pelo que o impacto na paisagem urbana é menor que noutros casos



Fig.18 Tate Modern - o espaço verde exterior



Fig.19 Museu *Guggenheim* de Bilbao (1997) - espaço exterior



Fig.20 Museu *Guggenheim* de Bilbao - inserção na malha tradicional



Fig.21 Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia em Madrid (1986)- nova praça integrada na ampliação de 2005



Fig.22 Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia - implantação e nova ampliação

Não nos detendo nas problemáticas que têm vindo a crescer em relação à incompatibilidade de usos internos proporcionada por alguns edifícios actuais, devemos pois posicionar-nos no impacto que eles proporcionam num determinado ambiente urbano. Nas imagens escolhidas para ilustrar este capítulo procurou-se mostrar a verdadeira inserção dos edifícios no contexto de cada cidade, procurando destacar o espaço público envolvente e assim evitar as imagens ilusórias que mais comumente são difundidas do edifício enquanto elemento isolado.

Pode-se considerar que o impacto a nível urbano do edifício museológico trás muitas mais-valias, não só pela dinâmicas que potencia como por proporcionar a requalificação de um determinado troço da cidade. Ainda assim, a nível da abordagem ao espaço público notam-se duas constantes: a criação de um largo ou praça de forma a desafogar o espaço da entrada do edifício, quer por motivos de escoamento de pessoas como de enquadramento de edifício e o tratamento minimalista desse espaço, que se quer despojado de mobiliário urbano ou elementos arbóreos verticais (ou de outro tipo) que obstruam as vistas de e para o edifício. É o espaço desta génese e com estas características que interessa analisar.

3

3. Barcelona: Espaço Público e Equipamentos Culturais

3.1. O Modelo Barcelona e as principais políticas do sector cultural

O espaço público como elemento transformador na Barcelona pré-olímpica

A Cidade de Barcelona é hoje um caso de sucesso e de referência a nível urbanístico de muitas cidades a nível mundial. Disso é responsável a forma de “fazer cidade” que a desenvolveu desde o início da década de 1980 e que veio a designar-se *Modelo Barcelona*. No fundo, o modelo constituiu uma série de políticas urbanísticas, sociais e económicas que já se tinham começado a implementar desde o final da década anterior e que tinham como elementos principais de transformação o espaço público e a participação activa dos cidadãos¹⁰.

Em traços gerais, este modelo promove uma Cidade compacta¹¹, não só a nível físico como também social, actuando através de operações específicas no espaço público. Estas intervenções são orientadas para melhorar a eficiência económica e funcional da Cidade tendo em vista a reabilitação, requalificação e regeneração da Cidade criando novas centralidades. Neste processo é de grande valor o efeito de contágio que as intervenções no espaço público possibilitam, nomeadamente na regeneração social e económica da sua envolvente. Tudo

isto vai ser feito com base na participação da população residente de cada sector da Cidade, procurando dar resposta às suas principais carências de uma forma mais eficaz. A grande diferença nas políticas que eram levadas a cabo até aí reside na forma de encarar o urbanismo não como um plano de ideias e propostas mas enquanto um projecto prático, o que permitiu uma maior rapidez na actuação sobre o território. Como refere Jordi Borja (Borja, 2010: 58), nos primeiros vinte anos de aplicação do modelo “*no es va inventar, es va fer*”.

Desde cedo foi reconhecida a importância do papel do espaço público enquanto elemento estruturante e renovador da sua envolvente (Bohigas, 1985; Gehl, 1987; Lynch, 1960, 1981). Ainda antes do Modelo Barcelona haviam sido feitas importantes intervenções a esse nível na Cidade¹². As praças e as ruas são os espaços colectivos por excelência e é nestes anos da década de oitenta que na Europa se vai desconstruir a ideia modernista de que estes lugares são apenas de distribuição da circulação da população. Foi necessário revalorizar o papel do espaço público enquanto lugar de confluência, de estada de passagem, de ócio mas, sobretudo, como elemento de referência para uma comunidade, com grande importância identitária na sua estrutura imagética¹³.

Mas, durante a década de sessenta, deu-se um retrocesso neste plano, com a proliferação do automóvel, a necessidade de construção de grandes vias rápidas afectou a distribuição de

¹⁰A obra de Bohigas *Reconstrucció de Barcelona* foi de grande importância na época (e ainda hoje é) visto que compacta um resumo da história da cidade, justifica a abordagem de que iria ser alvo e explica os projectos que estavam em marcha. Oriol Bohigas - *Reconstrucció de Barcelona*. Barcelona: Edicions 62, 1985.

¹¹Uma cidade de grande concentração de edifícios e pessoas numa determinada área que oferece uma rede de proximidade de serviços, comércio e lazer (em oposição ao modelo de “cidade dispersa”).

¹²Recorda-se que já nos anos trinta as intervenções feitas pelo GATCPAC e as propostas do Pla Macià conferiam um papel cêntrico ao espaço público, embora inseridas num pensamento modernista.

usos do solo em prol da rede viária, e mesmo nas vias tradicionais que já existiam reduziram-se passeios e derrubaram-se canteiros de forma a aumentar o espaço reservado aos veículos motorizados. Esta fase da história do urbanismo europeu, embora necessária, trouxe graves problemas a longo prazo para as cidades reduzindo, nomeadamente, a qualidade de vida dos cidadãos. Cedo se tornou claro que deveria existir uma gestão mais saudável do espaço livre, que cada vez se tornava menor. Na Barcelona de 1970, que vivia a passagem do regime ditatorial para a democracia, essa era a principal reivindicação da população: espaço público de qualidade, que servisse à comunidade próxima enquanto elemento de concentração, de lazer e de referência imagética e de significado (Bohigas, 1985). O espaço público tem ainda uma característica única que é o facto de estimular a transformação da sua envolvente. Enquanto lugar de uso intensivo atrai a fixação de negócios, rejuvenesce a economia local o que pode atrair mais pessoas de outros lugares. Como lugar de grande afluência de pessoas torna-se um espaço mais seguro, onde as pessoas se sentem confortáveis em estar, estimulando a diversidade social. Em último caso acaba por ter um grande impacto no campo social já que é responsável pela regeneração física daquele tecido, pelo fomento da fixação de actividades económicas e desenvolvimento de actividades culturais mas, principalmente, porque dá uma resposta rápida e eficaz às demandas das associações de vizinhos. Foi nestas bases que se lançaram os alicerces do Modelo Barcelona e é por isso que é também tantas vezes designado por “urbanismo democrático”.



Fig.25 Jardins Casa Bloc - Obra do GATCPAC



Fig.23 Fossar de les Moreres



Fig.24 Plaça de la Mercè

¹³Para aprofundar o tema da importância da identidade dos lugares para um colectivo refere-se a obra de Pedro Brandão - *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa; Centro Português do Design, 2008.

Outra característica do espaço público desenvolvido na década de 1980 é a polivalência de usos e qualidade de desenho. Nestes anos procurou-se sempre pensar na transformação do lugar e nas hipóteses de usos futuros, projectando espaços adaptáveis e resistentes ao uso intenso. Era importante também dotar esses espaços de significado, através de elementos comemorativos, ligados à história daquele lugar, ou simbólicos, de forma a criar laços de pertença pela comunidade em que se inseria e ser, de alguma forma, elemento de referência na cidade. Assim, nestes primeiros anos de modelo, a requalificação bem-sucedida da cidade apoiou-se nos projectos pontuais de espaço público de qualidade, com vista à contaminação do tecido económico e social envolvente.

Os Equipamentos Públicos e o Espaço Público na estruturação da Cidade pós-olímpica

Em 1992 Barcelona acolheu os Jogos Olímpicos e os fundos recebidos foram orientados não só para a construção das infra-estruturas necessárias como para operações de requalificação urbanística¹⁴. Este evento foi responsável pela requalificação do Montjuïc, do Parque de Mar, Diagonal Mar e Vall d'Hebron. No entanto, as políticas de uso de solo que até aí serviam para controlar os interesses especulativos foram alteradas. Até ao início da década de noventa, o plano director (*Pla General Metropolità*) regulamentava a reconversão de áreas obsoletas para zonas destinadas ao espaço público e equipamentos de uso colectivo. A partir de 1992 são entregues grandes áreas em desuso da

Cidade a promotores privados, na condição de reservarem parte desse solo ao uso público. O que acaba por acontecer é uma multiplicação de novos edifícios cujo espaço livre envolvente muitas vezes carece de infra-estruturas e de desenho no seu projecto.

Este evento vai, também, desencadear os processos de gentrificação dos sectores renovados da Cidade. Com a inflação do nível



Fig.27 Passeig Marítim renovado no contexto dos Jogos Olímpicos



Fig.26 O Anel Olímpic de Montjuïc no contexto dos Jogos Olímpicos

¹⁴ É de referir que Barcelona aproveitou sempre a participação em eventos deste género para investir na renovação da Cidade, primeiro em 1888 na *Exposició Universal*, em 1929 com a *Exposició Internacional* e já mais recentemente o *Fòrum Universal de les Cultures 2004*. Existiram ainda outros momentos de nomeadamente em 1986 com a entrada de Espanha na Comunidade Europeia que veio a compartilhar projectos como e a renovação dos sectores de Poblenou através do programa 22@Barcelona e de Sant-Andreu – La Sagrera para a preparação da chegada do comboio de alta velocidade, iniciados no começo de 2000.

da vida nestas zonas verificou-se um êxodo da população mais pobre para zonas mais periféricas. A segregação da população aumentou os problemas de segurança, marginalidade, criminalidade e contestação social nestas zonas. É então que os órgãos de administração se vêem a par dos mesmos problemas que julgavam já haver resolvido durante os primeiros vinte anos da aplicação do *modelo* e são obrigados a rever as políticas urbanísticas. De novo surge o valor do espaço público e da participação dos cidadãos na resolução destes problemas¹⁵.

Um exemplo da criatividade e protagonismo



Fig.28 Rambla Brasil/ Gran Via de Carles III



Fig.29 Via Favència

dados ao espaço público em Barcelona encontra-se na resolução de um dos problemas com que a Cidade se deparou na década de noventa - o impacto das vias de grande velocidade, ou *rondes*, que atravessam a Cidade que acabaram por provocar profundos cortes visuais e físicos de segregação entre distritos e mesmo dentro de bairros. Foi, então, necessário minimizar os danos que estas situações trouxeram e procedeu-se à cobertura destas vias, através de intervenções de grande engenho e criatividade que devolveram espaço público de qualidade à Cidade e que ainda hoje são motivo de orgulho das populações. Estas intervenções decorreram entre os anos de 1990 e 2000 sendo disso exemplo o troço *Rambla Brasil / Gran Via de Carles III* em Les Corts ou o troço da *Via Favència* em Nou Barris.

Outro dos elementos estruturantes da Cidade, que andou sempre a par do espaço público em Barcelona, foram os equipamentos públicos. Seja de carácter administrativo ou cultural, os equipamentos enquanto elementos necessários à comunidade representam outra das causas de luta da população. Nos primeiros anos de aplicação do *modelo*, como não existiam grandes meios para nova construção e a estratégia não passava por alterar grandemente o tecido urbano mas sim por requalificar edifícios em desuso e orientá-los para servirem a população. Nesta fase constituem-se principalmente **centros cívicos** e escolas, maioritariamente equipamentos de apoio local. Os centros cívicos designam as infra-estruturas centrais nas dinâmicas de proximidade de cada sector da cidade nesta época (mantendo a sua importância até aos nossos dias) aliadas a outros equipamentos

¹⁵ Neste contexto de participação dos cidadãos na construção do espaço público é de especial importância a leitura da obra de Jordi Borja e Zaida Muxí de 2001. Nele se explica, a nível de bairro, de que forma esse processo veio a desenvolver-se em Barcelona. Jordi Borja; Zaida Muxí- *L'Espai Públic: Ciutat i Ciutadania* (versão consultada *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*, Barcelona; Diputació de Barcelona, 2003)

como o são as bibliotecas e os teatros. Eles surgem, muitas vezes, próximos de espaços públicos requalificados criando uma simbiose importante a nível de bairro, definindo a relação mais importante na estruturação da cidade até ao início dos anos noventa. Naturalmente que, sendo a Cidade um organismo em transformação contínua com diversas necessidades emergentes, quando surgem novos valores aliados ao aumento de meios disponíveis para novas construções, o *Ajuntament* passa a aproveitar a oportunidade para explorar, através deste campo, a promoção da Cidade. Através do conjunto de qualidades e singularidades de Barcelona e da sua história, a cidade passa a ser reconhecida internacionalmente, atraindo pessoas de outros lugares. O turismo passa a ser uma fonte importante de rendimento e uma constante diária - e isto aplica-se a qualquer cidade do mundo que projecte uma imagem apelativa para o seu exterior, acarretando naturalmente os seus benefícios e problemas.

Emergência da Cultura na promoção e regeneração da Cidade

Na década de noventa aumenta a competitividade entre as cidades europeias. Esta concorrência surge como oportunidade de crescimento e desenvolvimento económico das regiões e a promoção de uma “imagem” de Cidade torna-se imperativa para esta “competição”. De forma a dar resposta às novas necessidades da cidade e enquadrar estes novos objectivos no campo normativo desenvolveu-se o *Pla Estratègic Barcelona 2000*, elaborado em 1989, que define uma ferramenta que assegure a

conversão de Barcelona num centro internacional de serviços e de consumo através de diversas linhas estratégicas das quais são integrantes os equipamentos e infra-estruturas de qualidade assim como a criação de factores de atracção cultural, comercial e turísticos¹⁶. É decorrente desta linha de acção cultural que se constitui o *Institut de Cultura de Barcelona*, em 1996, um organismo autónomo de gestão municipal que visa gerir toda a actividade cultural da cidade. O instituto desenvolve-se com o apoio de três instrumentos: um Plano Director, a criação de uma programação anual e um plano estratégico (o *Pla Estratègic Cultural* de 1999).

Assim, é a partir do início da década de noventa que, através da criação do plano estratégico, se define a vertente cultural como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico da cidade e também como forma de a tornar mais atractiva e competitiva. O plano analisa o estado do serviço cultural disponível aos cidadãos, detecta os principais problemas e oportunidades propondo o policentrismo dos focos culturais e dos equipamentos culturais de grande escala (Esteban, 1999; Marshall, 2004; Tello, 2012). Essa descentralização é coordenada com a criação das **Áreas da Nova Centralidade** (onde se procura reequilibrar os sectores da Cidade através da criação de atractivos em todos eles de forma a descongestionar o centro) e potenciar com isso a construção de novos equipamentos culturais. Nas figuras seguintes é já possível ver a descentralização dos espaços de lazer apesar de os equipamentos e espaços de natureza cultural se concentrarem maioritariamente no núcleo histórico, o que terá também a ver com objectivos de regeneração,

¹⁶ Este plano sofreu várias revisões (em 1994 e 1999) até adquirir uma visão mais extensa concretizada no *Pla Estratègic Metropolità de Barcelona – visió 2020*, aprovado em 2010, que engloba já a visão da escala metropolitana baseando-se no princípio de estimular a atractividade internacional da cidade através de um modelo de integração e coesão social de qualidade.



Fig.30 Barcelona - Localização de espaços expositivos sendo disso exemplo o bairro do Raval.



Fig.31 Barcelona - Localização de espaços de lazer

Em 2006 o plano estratégico é actualizado no *Pla Estratègic de Cultura – Nous Accents 06'* que define uma visão mais alargada temporalmente, com vista ao crescimento económico e coesão social com apoio na tecnologia. A rede cultural de proximidade manteve-se como uma componente de grande importância e por isso se procurou estabelecer uma rede de centros culturais de proximidade com ligação aos centros cívicos. Foi graças a este plano que se desenvolveram também as iniciativas do *Forum Universal de les Cultures* em 2004 e o *22@Barcelona*. Estes são dois exemplos de regeneração de troços da cidade que se encontram por um lado em fase de integração no território e, por outro, em desenvolvimento - nomeadamente a frente marítima até à foz do Rio Bèsos e toda a zona do Poblenou. Estas transformações com forte apoio na vertente cultural, são responsáveis pela criação de um novo pólo, na zona Ocidental da cidade, de grandes equipamentos públicos em relação estreita com uma grande área de espaço público de diversidade formal e funcional.

25

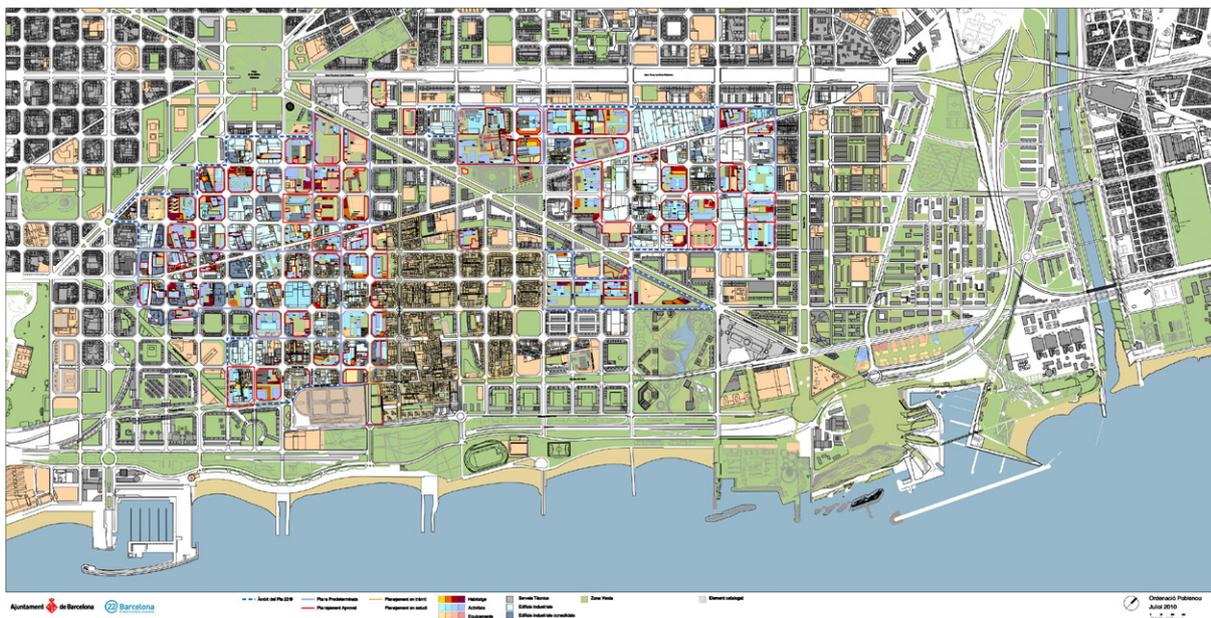


Fig.32 22@Barcelona - Planta de condicionantes e usos



Fig.33 Fórum/ Diagonal Mar - Frente marítima requalificada com o *Forúm Universàl de les Culturas 2004*



Fig.34 Vista àerea do Poblenou e zona afectada ao 22@Barcelona

3.2. O espaço público na relação com equipamentos culturais na cidade actual

Verificamos assim que, em Barcelona, tanto o espaço público como os equipamentos de serviço público foram, nomeadamente a partir do final dos anos setenta e o início dos anos oitenta, elementos importantes nas políticas de regeneração da cidade (Bohigas, 1985; Borja, 1995, 2010). Apesar de, ao longo do tempo, as abordagens a cada um diferirem consoante os objectivos específicos das políticas urbanísticas da cidade, consideramos os Jogos Olímpicos de 1992 como o momento de viragem na sua relação que, a partir daí, se foi intensificando até aos nossos dias.

Durante toda a década de oitenta procurou-se reequilibrar os usos e funções da cidade sempre com base na forma da “cidade tradicional” (inserindo-se no conceito de “cidade recuperada” como definem Gehl e Gemzøe (2001: 18))¹⁷ através de intervenções pontuais no tecido urbano. A capacidade “metastática” do espaço público, como descreve Bohigas (1985: 21), foi a característica mais forte dessa abordagem contribuindo para a resolução mais rápida dos problemas da cidade e para dar uma resposta eficaz às demandas da população. Nestes anos este processo vai-se desenvolvendo desde a recuperação de praças nucleares (*Plaça Reial, Passeig Picasso, Plaça Soller*), parques e eixos principais (*Rambla, Plaça de Catalunya, Plaça Catedral, Parque da Estació del Nord*), até à renovação de vários sectores da cidade já no final da década de oitenta com a preparação dos Jogos Olímpicos (Montjuïc, Vila Olímpica e frente marítima).

As políticas específicas para requalificação da cidade e consolidação do sector cultural apoiaram-se ao longo do tempo numa série de planos, desde os já referidos planos estratégicos para a cultura até aos decorrentes grandes acontecimentos culturais. Ainda no início da década de oitenta é importante referir o plano *Del Liceu al Seminari*¹⁸ que propunha criar um eixo cultural que atravessasse núcleo histórico abrangendo o *Teatre del Liceu* e o conjunto formado pelo *Convent dels Àngels*, a *Antiga Casa de la Caritat* e a *Casa de la Misericòrdia* de forma a instalar aí o *Museu d'Art Modern de Catalunya* – o que acabou por não se concretizar – mas que teve extrema importância na fixação do CCCB e MACBA, que serão descritos mais detalhadamente no subcapítulo seguinte. Ainda



Fig.35 Plano Del Liceu al Seminari

¹⁷ Esta forma de abordagem ao espaço público esteve na origem das políticas ligadas ao Modelo Barcelona.

¹⁸ Ajuntament de Barcelona - *Plans i projectes per a Barcelona 1981 – 1982*. Barcelona; Ajuntament de Barcelona, 1983, pp. 116 – 121.

na mesma década, em 1985, cria-se o *Pla de Museus* que procura gerir todas as entidades museológicas da cidade e delinear os principais eixos de localização para a instalação de novos equipamentos com maior expressão na cidade. Atravessando toda a década de noventa, ressalva-se o *Pla de Biblioteques de Barcelona* com visão a 2010, que vai coordenar as trinta e seis infra-estruturas existentes e apoiar o seu funcionamento nos serviços já existentes em cada sector da cidade (Marshall 2004). É neste âmbito que a relação entre espaço público e equipamento cultural se torna mais evidente.

A gestão a nível metropolitano vai ganhando mais peso na administração da cidade, principalmente na entrada no novo século. A coordenação de Barcelona com as regiões circundantes passa a ser encarada com uma oportunidade para equilibrar défices de desenvolvimento económico, social e cultural na Catalunha. Nesse âmbito destaca-se a criação do *Pla d'Equipaments Culturals de Catalunya* com visão a 2012-2020 que pretende reequilibrar territorialmente a distribuição dos grandes equipamentos públicos como forma de criar novos pólos de atracção.

Actualmente, em Barcelona, verificam-se dois tipos de abordagem nos equipamentos culturais resultantes de uma adaptação de edifícios existentes: por um lado o reaproveitamento do património arquitectónico de relevo como é o caso dos palacetes senhoriais ou episcopais que permaneceram após a revolução causada com a expansão da cidade a partir de 1859 (na reorganização do núcleo antigo) e, por outro lado, o reaproveitamento do património industrial abandonado, com maior incidência na zona

do Poblenou. Na Tabela 1¹⁹ da página seguinte enumeram-se os principais equipamentos culturais que, pelas suas características anteriores à adaptação, trouxeram mais espaços públicos à cidade ou foram motivadores de um arranjo do espaço livre circundante (e que acabou por ficar a ele ligado).

Também foi referido anteriormente a importância nuclear dos centros cívicos, auditórios, bibliotecas e espaços expositivos com relação a espaços públicos de apoio local que continuam a ter um papel fundamental no funcionamento e estruturação da cidade (actualmente existem cinquenta e um centros cívicos distribuídos pelos onze distritos). No entanto, dado que o presente estudo se centra nos equipamentos culturais de influência a nível da Cidade, este grupo não foi incluído.

Já na Tabela 2 encontram-se os principais edifícios culturais de construção específica para essa função.

Verificamos que actualmente os pontos onde a relação entre espaço público e equipamentos culturais é mais forte se concentram na zona das Glòries (com o eixo definido pelo *Teatre Nacional de Catalunya*, o *l' Auditori* e o futuro *Museu del Disseny HUB*), no Montjuïc (com a *Ciutat del Teatre* que aglutina o *Institut del Teatre* e respectivo museu, o *Teatre Lliure* e o *Mercat de les Flors*) e na Ciutat Vella e Raval (com os equipamentos definidos no eixo constituído pelos Parques da *Estació del Nord* e *Ciudadella*, *Museu Picasso*, *Teatre del Liceu*, *CCCB*, *MACBA* e *Biblioteca de Catalunya*).

¹⁹ Relativamente à leitura da tabela, as datas apontam para a fixação da entidade cultural no edifício e da última grande intervenção de remodelação, sem esquecer que existem acções de conservação permanentes em grande parte dos edifícios.



Designação do edifício	Designação do Equipamento Cultural	Ano de adaptação	Área espaço público integrante (aprox.) [m²]
<i>Palau Reial des Comtes de Barcelona</i>	<i>Museu Frederic Marès</i>	1948 / ?	150 (pátio interior)
<i>Fábrica Casa Ramona</i>	Caixa-Fórum	1963/1992	1500 Praça fronteira
<i>Palau Aguilar, Baró de Castellet, Meca, Mauri e de les Finestres</i>	Museu Picasso	1963/2011	225 (pátio interior)
<i>Drassanes Reials</i>	<i>Museu Marítimo</i>	1976 / em renovação	2100 (praça fronteira)
<i>Palau de Mar</i>	<i>Museu de l'Història de Catalunya</i>	1996	1800 (praça exterior e pátio interior)
Edifício Armazém Fabra&Coats (Eixample)	<i>Museu del Modernism Catala</i>	1980 / ?	130 (pátio)
<i>Mercat de les Flors</i>	<i>Mercat de les Flors</i>	1983/1990	3600
<i>Hospital de Sant Pau i de la Santa Creu</i>	<i>Biblioteca de Catalunya</i>	1939 / 1990	2700 (pátio interior)
<i>Palau Nacional</i>	<i>Museu Nacional d'Art de Catalunya</i>	1990/2004	4500 (arranjo fronteira)
<i>Palau Arts Gràfiques</i>	<i>Museu d'Arqueologia de Catalunya</i>	1990	11700 (jardins)
<i>Palau Reial de Pedralbes</i>	<i>Museu Tèxtil i d'Indumentària</i>	2008	52900 (jardins)
<i>Convent dels Àngels</i>	<i>Sede Foment de les Arts i del Disseny</i>	1990	4400
<i>Palau de l'Agricultura</i>	<i>Teatre Lliure</i>	1990	3600
<i>Casa de la Caritat</i>	<i>Centre de Cultura Contemporània de Barcelona</i>	1993	6500
<i>Convent de Sant Agustí</i>	<i>Museu de la Xocolata</i>	2000	680 (pátio interior)
Antigo Asilo	CosmoCaixa	2004	7500
<i>Castell de Montjuïc</i>	<i>Museu Militar Castell de Montjuïc</i>	2008/2010	
Edifício industrial	<i>Farinera del Clot</i>	2008	1250
Fábrica Framis	<i>Can Framis</i>	2009	2250

Tab. 1 Barcelona - Edifícios adaptados para funções culturais e área de espaço público afectada (fonte: elaboração da autora)

Designação do Equipamento Cultural	Ano de Construção	Área espaço público integrante (aprox.) [m2]
<i>Fundació Joan Miró</i>	1960/1988	6000 (jardins)
<i>Museu Etnològic</i>	1973/2009	5600 (jardins)
<i>Museu D'Art Contemporani de Barcelona</i>	1993	2100
<i>Teatre Nacional de Catalunya</i>	1996	13000
L'Auditori	1999	3900
Museu del Teatre	2000	3600
Biblioteca Jaume Fuster	2005	3800
Museu de Ciències Naturals/ Museu Blau	2011	17100
Filmoteca de Catalunya	2012	1680
Museu Disseny HUB Barcelona (nova sede)	2013 (previsto)	10000

Tab. 2 Barcelona - Edifícios culturais e área de espaço público afectada (fonte: elaboração da autora)



Fig.36 Principais focos de relação equipamento cultural - espaço público

A. Montjuïc - Ciutat del Teatre

B. Ciutat Vella - Raval

C. Glòries



- | | |
|-------------------------|----------------------------|
| 1. Institut del Teatre | 1. CCCB |
| 2. Teatre Lliure | 2. MACBA |
| 3. Mercats de les Flors | 3. Biblioteca de Catalunya |
| 4. Museu Etnològic | 4. Teatre del Liceu |
| 5. Fundació Joan Miró | |

- 1. Museu Disseny HUB (previsto 2013)
- 2. Teatre Nacional
- 3. L'Auditori



3.3. O caso do Raval: MACBA e CCCB na relação com o espaço urbano

As transformações ocorridas no bairro do Raval nos últimos vinte anos são de importância relevante no desenvolvimento do presente trabalho, dado que é nesse contexto que se inserem os casos de estudo. Desde 1980 que o PERI do Raval já estudava formas de regenerar este troço da cidade antiga (Ajuntament de Barcelona, 1983). Esta zona, cheia de conventos abandonados e edifícios em desuso, era considerada uma das mais pobres da Cidade e com mais problemas de delinquência e marginalidade. À sombra do PERI o Raval sofreu intervenções de grande impacto para a promoção da higienização e salubridade da malha urbana, nomeadamente na abertura da Rambla de Raval e da Avinguda Drassanes. Procurava-se revitalizar toda a zona intervindo em três planos: o plano cultural apoiado nas actividades já existentes, o plano urbanístico na reconfiguração da malha e na construção de novos equipamentos e no plano social de forma a acabar com a dinâmica de gueto que aumentava no bairro. Como este era um local boémio e com rendas baixas, começaram a surgir ateliers e a florescer a vida artística. Foi atentando a este facto que os urbanistas viram uma oportunidade de regeneração deste tecido pela aposta no sector cultural.

Em 1999, com a aprovação do *Pla Estratègic de Cultura* surge uma proposta que integra a criação de novos equipamentos na promoção da cultura como forma de, através dela, criar coesão social. Procurando também dinamizar o conjunto

patrimonial de Barcelona, essa proposta foca-se no conjunto abandonado do *Convent dels Àngels*, reavivando o plano *Del Liceu al Seminàri*. É por isso que nestes anos do final da década de noventa se instalam vários equipamentos nesta zona, não só culturais como é o caso do *Teatre Roma*, do *Centre d'Art Santa Monica*, o *Teatre del Liceu* reconstruído, assim como educativos como a *Biblioteca de Catalunya*, a *Escola Massana*, o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)*, e a *Facultat de Geografia i Història da Universidade de Barcelona*. No entanto era ainda necessário encontrar uma forma de regenerar aquele núcleo pela vertente artística. Essa busca vai culminar com a instalação de dois museus ligados à arte contemporânea que se vão desenvolver paralelamente entre 1989 e 1995. Os dois museus vão-se localizar na zona do conjunto do Convent dels Àngels, que segundo o PERI vai ser reorganizada e, em parte, demolida.

O primeiro museu deverá ser dirigido para a Arte Contemporânea e deverá não só resolver a falha que existia na cidade ao nível de espaços expositivos que pudessem acolher exposições do circuito internacional, como ser potenciador de uma grande transformação naquele núcleo (MACBA, 1996). Desta forma, em 1986, a obra é atribuída ao arquitecto norte-americano Richard Meyer. O museu vem a designar-se *Museu d'Art Contemporàni de Barcelona* (MACBA) e é inaugurado em 1995.

A criação do segundo museu, que será na realidade um centro de cultura, inicia-se em 1989 pela mão dos arquitectos Helio Piñon e Albert Viaplana e vai designar-se *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB). Os pressupostos do museu, inaugurado em 1993,

vão ser direccionados para a investigação, a formação e a difusão da actividade artística apoiada em exposições temporárias, debates e no desenvolvimento de actividades com a população (CCCB, 1995). Pode-se considerar que, na sua génese, o MACBA estava orientado a uma projecção que extrapolava a escala da Cidade e o CCCB mais aproximado das necessidades específicas daquela comunidade. Mesmo na abordagem ao projecto, relativa ao impacto naquele ambiente, isso se verifica claramente – enquanto o MACBA é construído de raiz sob alçada de uma arquitectura forte e ousada voltada para o exterior, o CCCB manteve grande parte da estrutura exterior do edifício, sendo toda a reforma e arrojo da sua concepção integrada no seu interior.

A proximidade temporal e territorial da construção dos dois equipamentos levantou alguma contestação da população que não entendia a necessidade de dois projectos semelhantes. Para muitos autores o MACBA originou ainda mais polémica dada a existência de alguns aspectos que, do seu ponto de vista, surgiam como subversão das políticas do *modelo*, nomeadamente com a opção do *Ajuntament* em demolir todo o complexo do antigo convento e com isso ter grande impacto na identidade do local (Capel Saéz, 2010; MACBA, 1995). Esta insatisfação popular foi aumentada depois da sua conclusão por não existir um programa concreto para o museu nem uma colecção de obras para expor. Este projecto parecia assim surgir como um meio de forçar a renovação da imagem daquele bairro, sem se pesarem as consequências que poderiam advir para a comunidade. Mas, como se pretendia, conseguiu-se um grande impacto na zona, não só a nível físico como social. A inflação dos terrenos circundantes forçou a



Fig.37 Raval - Localização dos equipamentos e praças em estudo

saída da população local mais pobre que não foi capaz de fazer frente à subida das rendas e este facto fez com que outra população renovada e mais jovem se fixasse na zona trazendo um novo fôlego para as dinâmicas sociais locais. Este é mais um exemplo do fenómeno de gentrificação, que já foi anteriormente referido e constitui outro dos pontos mais debatidos no contexto das transformações do Raval (Lorente, 1996; Capel, 2010).

A forma como este projecto se veio a reflectir no espaço público adjacente, nomeadamente no desenho da praça a Sul – a *Plaça dels Àngels* – assim como o modo como as pessoas se vieram a apropriar dele motivou este caso como estudo. A norte do MACBA existe um espaço comum ao CCCB e à *Universitat Ramon Llull* que sofreu transformações ao longo de todo este processo e mesmo depois dele, já nos anos 2000 – a *Plaça Joan Coromines*. Este espaço, mais recatado, de características completamente diferentes da sua congénere, é também um interessante caso de estudo permitindo ainda o paralelismo do que

33



Fig.38 Área do Convent dels Àngels antes da construção dos museus

se passa hoje a nível de espaço público na cidade.

Na Figura 40 da página seguinte seguinte localizam-se os principais espaços públicos de proximidade aos casos de estudo (à excepção da Rambla do Raval que se encontra a Sul, fora da abrangência do mapa, mas que constitui um importante pólo da zona) e logo através de uma primeira análise se nota a centralidade dos espaços em estudo naquele sector do bairro e pode-se considerar que, mesmo no caso da *Plaça Joan Coromines* que constitui um interior de quarteirão, a acessibilidade entre espaços é fluida assim como a conexão aos espaços públicos de maior hierarquia na cidade (como o são a *Plaça de la Universitat*, a *Plaça de Catalunya* e a *La Rambla*) encontrando-se devidamente inseridos na rede de espaços públicos da cidade

No capítulo seguinte será feita uma aproximação à situação histórica e física das duas praças em estudo.



Fig.39 MACBA e CCCB - Os edifícios e as praças em estudo.



Fig.40 Sistema de espaços públicos da área de inserção dos casos de estudo

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. <i>Plaça de la Universitat</i> | 8. <i>Plaça dels Angels</i> |
| 2. <i>Plaça de Castella</i> | 9. <i>Plaça de Vicenç Martorell</i> |
| 3. <i>Plaça de Terenci Moix</i> | 10. <i>Plaça de les Caramelles</i> |
| 4. <i>Plaça Joan Coromines</i> | 11. <i>Plaça Emili Vendrell</i> |
| 5. <i>Pati de les Dones</i> | 12. <i>Rambla</i> |
| 6. <i>Jardins de Victoria de los Angeles</i> | 13. <i>Plaça de Catalunya</i> |
| 7. <i>Placita dels Angels</i> | |

4

4. Metodologia: Ferramentas para a Análise e Avaliação da Qualidade do Espaço

4.1. Metodologia e Ferramentas de Análise

A análise de cada caso está atenta a duas vertentes do espaço público através da percepção das quais é possível entendê-lo: a forma como é **construído** e a forma como é **vivido**²⁰.

A metodologia utilizada na abordagem da análise do espaço construído baseia-se nos parâmetros propostos no livro *O Chão da Cidade - Guia para avaliação do Design do Espaço Público* (Brandão, 2002) enquanto que a apreensão das características sociais de cada caso se baseiam no trabalho de observação comportamental, liderado por William H. Whyte, integrado na obra *The Social Life of Small Urban Spaces* (Whyte, 1980). Cada metodologia foi adaptada aos diferentes casos em estudo, procurando fazer uma descrição o mais completa possível de todos os componentes pertinentes que constituem cada espaço. Essa adaptação foi mais notória na obra de Brandão já que esse guia foi elaborado a pensar na avaliação de um projecto de espaço urbano, ou seja, antes da sua construção. Assim, foi necessário adaptar certos pontos que poderiam não ter tanta importância na avaliação do projecto concluído (como são disso exemplo a Avaliação de Custos e Prazos do Projecto e a abordagem a alguns dos critérios utilizados).

Para efeitos de análise distinguimos duas fases diferentes, decorrentes dos dois âmbitos desta investigação - **físico** e **social**²¹. Numa primeira

fase analisam-se todos os elementos constituintes do espaço físico, a sua existência, pertinência e qualidade, assim como as qualidades gerais do desenho. Noutra fase procura-se descrever detalhadamente a vida social que decorre em cada caso. Procura-se perceber a intensidade de utilização de cada espaço, a sua variação ao longo do tempo, a forma como as pessoas se usufruem do lugar e se este realmente responde às suas necessidades ao nível local.

Finalmente é feita uma tradução dos dados obtidos para gráficos e diagramas de forma a ser possível cruzar de uma forma sistemática, os acontecimentos com o espaço construído. São as conclusões retiradas de todo este processo que constam no capítulo seguinte na parte “Análise”.

Nos anexos constam as plantas dos espaços que apoiaram esta parte do trabalho, nomeadamente a Planta 1, a Planta 2 e a Planta 3.

²⁰ Esta metodologia fez também parte da investigação desenvolvida na Dissertação de Mestrado em Arquitectura da autora. Nesse caso foram analisados os casos da Praça do Museu e do Jardim das Oliveiras, ambos integrantes do Centro Cultural de Belém em Lisboa. Esse trabalho permitiu tirar algumas conclusões sobre espaços públicos de génese semelhante à dos casos em estudo, permitindo um paralelismo que será descrito no capítulo final de Conclusões.

²¹ Deve ser tido em conta que a distinção é apenas explicativa dado que os dois âmbitos coexistem simultaneamente sendo indissociáveis.

I. Avaliação do espaço – características físicas

As ferramentas utilizadas para a análise das características do espaço público decorrem, como já foi referido, do processo de diagnóstico proposto por Pedro Brandão o qual será adaptado segundo as características, que aqui se traduzem em critérios, mais relevantes de cada caso. A partir de cada critério realizam-se quadros que permitem a avaliação de cada espaço, como consta na Tabela 2 e na Tabela 3 do anexo.

Ainda de acordo com o método de diagnóstico de referência, diferenciam-se **critérios gerais** de **critérios específicos**. Os primeiros orientam-se para as características de apreciação global dos projectos que sintetizam os valores imateriais qualitativos a ele associados. Quanto aos segundos dizem respeito às características físicas específicas e mensuráveis dos elementos que o compõe. De forma a clarificar os conceitos que fazem parte da análise e facilitar a forma como ela é feita, de seguida descreve-se cada um deles através de um conjunto de **parâmetros** que serão tidos em conta aquando da avaliação do espaço²².

37

Avaliação qualitativa do espaço - Critérios gerais

Identidade

O tema da identidade de um lugar encontra-se intrinsecamente ligado à comunidade que o envolve, englobando os seus costumes, a sua história e os seus valores que se vão reflectir na

paisagem construída. Um espaço cujo desenho contém traços de ligação ao passado sabe evocar a memória colectiva daquela comunidade e ganha o interesse dos utilizadores que se sentem parte dele e dele se apropriam. Assim, um projecto de espaço público que assegura e respeita os valores identitários de um local é aquele que:

- Promove o carácter formal e os significados reconhecíveis no local;
- Promove os padrões característicos da cultura e do desenvolvimento local;
- Promove a criação de novos elementos de diferenciação.

Para identificar e diagnosticar os valores identitários reflectidos nos projectos de espaço público em análise utiliza-se a Tabela 1 constante no anexo que será preenchido durante a fase de observação²³. No capítulo seguinte relativo à análise constará apenas a síntese desse diagnóstico.

Continuidade/Permeabilidade/Legibilidade

A continuidade de um espaço é a forma como ele se relaciona com os diferentes espaços que o circundam e como ele se conecta ao resto da cidade. A garantia de continuidade reside na forma como é projectada a sua inserção na malha urbana. O espaço deve, assim, garantir a clareza de leitura não só no seu todo como nos espaços com que se relaciona, de forma a não gerar equívocos e entrar em conflito com os interesses locais, já que um espaço mal integrado no tecido urbano pode cair em desuso

²² Os referidos parâmetros que vão ajudar na avaliação de cada critério são retirados do trabalho de Brandão (Brandão 2002) onde se designam como “objectivos”.

²³ Metodologia proposta também por Pedro Brandão em *A Identidade dos Lugares e a Sua Representação Colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa; DGOTDU, 2008.

ou atrair rapidamente formas de utilização não desejáveis. Procura-se um espaço que:

- Proporciona uma boa integração no contexto e malha urbana;
- Possibilita o reconhecimento diurno e nocturno de marcos de orientação;
- Estabelece uma clareza de delimitações entre espaço público e privado.

Segurança/Conforto/Aprazibilidade

O sentimento de segurança envolve a noção do utilizadores dos limites daquele espaço quando consegue abarcar visualmente todos os seus pontos. Assim ele sente-se mais seguro do que em espaços pontuados por recantos e barreiras. A aprazibilidade de um lugar é também dada pela harmonia na disposição dos diversos elementos que o compõe: mobiliário urbano, iluminação, vegetação, a qualidade desses elementos, a sua resistência e a limpeza do espaço. Outro dos pontos que pode gerar insegurança é a convivência de redes de circulação diversa (peões, ciclistas, skaters, carros) e que podem por em perigo a vivência do espaço. Deve-se por isso prever essa utilização e reservar faixas do espaço para as diferentes redes de circulação. Deste modo o espaço deve verificar três critérios:

- Promover a segurança de pessoas e bens e a relação segura peões-trafego;
- Oferecer qualidade visual e relação intensa e aprazível com a envolvente;
- Incorporar critérios de conforto, utilidade e

ergonomia para os utentes.

Mobilidade/Acessibilidade/Permeabilidade

O espaço público deve ser acessível e usufruído por todos os cidadãos, independentemente das suas limitações físicas. Crianças, idosos, utilizadores de cadeiras de rodas, de carrinhos de bebés e deficientes são exemplos de utilizadores com mobilidade reduzida que devem alcançar todos os pontos do espaço sem esforço. É por isso que este é um ponto muito importante no desenho do espaço público - ele não deve oferecer obstáculos arquitectónicos, como a presença de escadas ou rampas de forte inclinação, que dificultem a mobilidade. Considera-se um espaço acessível aquele que:

- Oferece facilidade de movimentação e/ou de atravessamento e/ou ligação;
- Promove a interligação dos padrões de movimento (modos e percursos);
- Atenta às expectativas e necessidades no uso do espaço, sem exclusões.

Fig.41 Port Vell - Barcelona





Fig.42 Plaça de Sant Jaume - Barcelona

Inclusão/Coesão Social

As nossas cidades são constituídas, cada vez mais, por uma pluralidade de etnias, culturas, religiões, classes sociais e profissionais e também por diferenças relativas a idade, condição física, social e económica. O espaço público deve por isso ser um elemento que facilite a integração dessas diferenças e promova a convivência harmoniosa entre todos os cidadãos. Este ponto é de extrema relevância dado que, se não for tido em conta desde as fases de planeamento, pode contribuir em muito para a segregação de determinadas camadas da sociedade. No trabalho de análise este ponto serve como motivador de reflexão já que tem grande relevância nos exemplos de Barcelona pelas características do bairro onde se inserem.

Diversidade/Adaptabilidade

O espaço público enquanto elemento de um complexo em constante mudança que é a Cidade, não deve ser encarado como imutável. Este é um dos principais motivos pelo qual muitos dos projectos de espaço público falham. O espaço público enquanto servidor da população deve acompanhar a sua evolução a nível de necessidades e hábitos. Assim, deve ser facilmente adaptável a novos usos e gerido criativamente e isso deve ser pensado logo desde a sua construção. Só desta forma poderá manter o seu dinamismo e vida, assim como o sentimento de pertença pela população. Deverá por isso apresentar características de:

- Flexibilidade para adaptação a usos diversos e a possíveis mudanças futuras;
- Compatibilidade com a escolha de diferentes serviços e equipamentos;
- Promoção da diversidade formal (natural/

artificial) e alternativas de vivência.

Resistência/Durabilidade

O uso intensivo é uma das características inerentes ao espaço urbano e, por isso, é necessário atentar à qualidade dos materiais construtivos, de forma a garantir a segurança e a boa forma dos equipamentos. Dentro da fase projectual deve ser tido em conta o ciclo de vida dos materiais a empregar e a garantia da manutenção de todos os seus elementos. Só assim se conseguirão espaços onde se verifique:

- Adequação às solicitações do uso e desgaste e aos elementos do clima;
- Adequação à prevenção do vandalismo;
- Adequação ao maior tempo útil de vida possível, diminuindo a manutenção.

Sustentabilidade

Vivemos numa época em que a Sustentabilidade não só se tornou um ponto obrigatório a integrar em cada projecto como ainda reúne características que facilitam o uso e a gestão do território. A Sustentabilidade de um espaço envolve um equilíbrio no aproveitamento dos recursos disponíveis, de forma a integrar-se num determinado lugar urbano. O espaço deve, por isso, reflectir os valores sociais, ambientais e económicos da zona, sem criar contrastes desnecessários e sem entrar em conflito com o ambiente. Sintetizando, a sustentabilidade no espaço público abrange os seguintes campos de

acção:

- Económico – é viável no tempo, produz valor superior ao consumido;
- Ambiental – com pouco impacto ecológico, na construção e manutenção;
- Social – corresponde às aspirações e necessidades, promove a equidade;
- Cultural – reconhecimento dos significados, com clareza e consistência.

Avaliação qualitativa do espaço - Critérios específicos

Nesta avaliação, para além dos objectivos específicos referidos em cada critério, serão considerados parâmetros de:

- Dimensionamento e Posicionamento;
- Serviço e Performance;
- Conservação e Resistência;
- Coerência e Integração.

No subcapítulo seguinte relativo à análise serão referidos apenas os pontos com mais relevância de cada caso.

Elementos e Estruturas Naturais

A diversidade dos elementos que compõe o espaço público é um factor de enriquecimento e valorização não só do próprio lugar como do ambiente urbano. A presença de elementos arbóreos são importantes no controlo da variação de temperatura ao longo do dia, conferem a



Fig.43 Parc dels Auditoris - Barcelona

41

sensação de um abrigo natural, dão diversidade visual, enriquecem esteticamente o lugar e colocam-nos mais perto daquilo que mais falta nos faz em ambiente urbano – o contacto com a Natureza. Quando agrupadas podem configurar novos espaços dentro do espaço, e funcionar como uma delimitação suave entre zonas, conferir maior privacidade e abrigo do Sol, do vento e do ruído. A variação da tonalidade e da dimensão da folhagem ao longo do ano é um elemento que confere maior interesse para o utilizador, permitindo diferentes experiências do espaço. A presença de água é outro dos elementos apaziguantes no meio urbano que enriquece o ambiente e valoriza a paisagem

(se utilizada com moderação e de acordo com valores sustentáveis). Um elemento natural que deve ser tido em conta logo desde a fase de projecto do espaço é a exposição solar, que pode limitar a utilização dos espaços.

Elementos de Expressão Artística (Arte Pública)

Idealmente, o objectivo de um elemento de expressão artística colocado no espaço público é o de criar uma ligação com o utilizador, quer seja por ter uma natureza evocativa, simbólica ou simplesmente de contraste. Muitas vezes estes elementos resultam na criação de uma ligação afectiva entre as pessoas e o lugar, sendo ainda um elemento de referência na zona ou que acaba apenas por servir como ponto de encontro.

Mas nem toda a Arte pode ser Pública. Tem de existir uma adequação ao contexto, de escala na inserção, deve estimular os fluxos de pessoas e a atracção do lugar e para isso é necessária a colaboração entre artista, técnicos (arquitectos, urbanistas, sociólogos) e comunidade. Idealmente pretende-se que os objectos de Arte Pública tenham as seguintes características:

- Sejam especificamente desenhadas para os seus locais, reforçando e promovendo a identidade do local;
- Sejam adequados na forma e na função para a fácil visibilidade e acessibilidade do público;
- Sejam resistentes às intempéries e ao vandalismo e de fácil manutenção;



Fig.44 Praia da Barceloneta - Barcelona

Equipamento e Mobiliário Urbano

Os elementos que servem de apoio à vivência dos espaços públicos urbanos são importantes no suporte a uma maior variedade de usos dos utilizadores. São eles que permitem a qualidade do usufruto do espaço desde que obedçam a uma série de regras a nível do seu desenho, qualidade de materiais, implantação e pertinência de colocação de forma a garantir o conforto e a segurança para o usuário²⁴. A sua implantação no espaço deve sempre minimizar a obstrução aos fluxos de circulação das pessoas (com atenção aos utilizadores com mobilidade reduzida e invisuais) e, deste modo, dá-se preferência ao agrupamento e alinhamento dos elementos devendo:

- Assegurar funcionalidade e polivalência de usos;
- Proteger a saúde e o bem-estar do cidadão;
- Facilitar a acessibilidade e utilização por pessoa de mobilidade reduzida;
- Reforçar a identidade do local, com uma

consistência e pregnância formal coerente com a área urbana em que se integra;

Estruturas e Sistemas de Iluminação

O espaço público deve responder eficazmente às necessidades dos utilizadores, independentemente das alterações naturais de luminosidade diária, com especial atenção ao período nocturno. Para além de iluminar os espaços, de forma a que o usuário consiga contemplar visualmente toda a extensão do espaço, é também uma forma de lhe conferir segurança. Para além deste objectivo básico o tratamento do espaço através da luz confere outra fonte de interesse ao utilizador. Através da luz podemos atribuir uma escala urbana ao espaço e à sua envolvente, com a definição de hierarquias visuais. Um sistema de iluminação eficaz deve seguir parâmetros de quantidade, distribuição e qualidade que variam consoante a actividade a realizar no local, do contraste e brilho do tipo de luz e da sua direcção, cor e variação no tempo. Assim, a boa iluminação

²⁴ Neste ponto recomenda-se a leitura do livro *Do Projecto ao Objecto. Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos* (Remesar, 2005).

urbana é aquela que:

- Reforça a percepção do meio;
- Concorre para a segurança, amenidade e conforto do meio urbano;
- Atribui escala e proporção ao espaço público;
- Promove a valorização patrimonial favorecendo a animação da paisagem urbana;

Infra-estruturas viárias, transportes e estacionamento

A conexão do espaço público à rede viária e de transportes da cidade é importante ao nível da acessibilidade ao espaço e deste para outros pontos da cidade mas pode ser nefasto se não existir um equilíbrio no rácio espaço pedonal/viário. O acesso automóvel directo ao espaço público pode ser pontual pela necessidade de manutenção do espaço, mais frequente pela necessidade de apoio aos serviços que se desenvolvam na sua periferia (e.g. comércio e restaurantes que necessitem de abastecimento) ou pode ser mais intenso justificado pela presença de uma via de tráfego. Em cada caso deverá existir uma tentativa de integração da rede viária no desenho, de forma a minimizar o impacto físico, visual e harmonizando a coexistência de diferentes fluxos. A reserva de locais de estacionamento deve também ser prevista. Assim, no desenho do espaço público em relação com as infra-estruturas viárias é importante:

- Reduzir os efeitos de barreiras produzidos pelas vias de circulação de trânsito automóvel/ fragmentação do tecido urbano;
- Salvaguardar a qualidade da paisagem urbana;
- Garantir a segurança rodoviária.

Infra-estruturas de apoio e serviços

A presença de actividades comerciais nas proximidades, ou mesmo no limite do espaço

Fig.45 Cruzamento Carrer de Provença / Pg. de Gràcia - Barcelona



público resulta num grande atractivo para a concentração de pessoas. A actividade que permite uma permanência mais prolongada de pessoas é a hoteleira. Desde pequenos carros de venda ambulante a restaurantes com esplanada atraem utilizadores que vão ocupando pontualmente o espaço e, naturalmente, a presença de pessoas atrai ainda mais pessoas. A presença de serviços de apoio ligados aos serviços municipais (e.g. postos de turismo, casas de banho públicas, postos da rede de bicicletas públicas) é também um atractor e enriquecedor do espaço público.

Pavimentos

O tratamento do solo é um factor que não deve ser descurado na construção do espaço público. O solo confere atributos de conforto sonoro e atmosférico ao espaço contribuindo ainda para a criação de um ambiente específico. No conjunto do espaço contribui para a construção imagética do local no contexto da cidade podendo servir como elemento identificador de um conjunto urbano. A escolha do material que o constitui deve, por isso, ter em conta alguns factores tais como a adequação à actividade que se vai desenvolver e as dimensões de cada peça sem no entanto descurar a sua qualidade e resistência de forma a aguentar o desgaste dos agentes atmosféricos e do uso intensivo. A sua escolha deve ser feita também tendo em conta o clima do lugar e o seu nível de exposição solar, já que vai inferir na temperatura do espaço.

II. Avaliação do espaço – nível social

A avaliação das características sociais do espaço é feita através de um olhar analítico procurando sintetizar todas as acções que nele decorrem. Utiliza o recurso a plantas e códigos que traduzem dados que posteriormente serão tratados. Trata-se de uma técnica simples, baseada na observação²⁵, que tenta abarcar o maior número de parâmetros possível e que sejam adequados para o estudo. O trabalho feito sobre a planta do local é repetido várias vezes por dia, de forma a ter um panorama abrangente da vida social do lugar. Cada conjunto de recolha total dos parâmetros que se seguem será denominado por “Observação x” e numerado por data de execução.

As observações foram feitas entre Abril de 2011 e Fevereiro de 2012 (com largos intervalos entre si) concentrando-se principalmente nos meses de Outono e Inverno. Não se teve, por isso, em consideração a possível variação dos dados pela afluência de mais pessoas aos museus nos meses de Verão.

Localização, Actividades e Usos

O primeiro passo é a localizar as pessoas. Nomeadamente procura-se:

- Mapear segundo data e hora o local onde se encontram as pessoas;
- Quantificar grupos.

Após a localização faz-se o levantamento das actividades, procurando:

²⁵Técnica adaptada do estudo feito na década de 80, sobre praças em Nova Iorque, por um grupo liderado pelo urbanista William H. Whyte (Whyte, 1980).

- Identificar actividades por observação (exemplos):

.Pessoas que observam outras pessoas;

.Pessoas que conversam;

.Crianças a brincar;

- Identificar locais de maior intensidade de uso e em cada um:

.Perceber a sua morfologia/ função;

.Perceber se o uso presente corresponde à função inicial ou se resulta de uma adaptação posterior (pós-ocupação).

Fluxos

À medida que a observação decorre é possível identificar zonas, percursos e sentidos com maior movimentação de pessoas. Assim, nesta fase pretende-se:

- Identificar e localizar fluxos;

III. Síntese da análise

Após a fase prática passa-se à tradução dos dados obtidos para ferramentas utilizáveis através de:

- Processamento das informações recolhidas;
- Conversão em tabelas e diagramas estatísticos;
- Cruzamento de dados obtidos através das avaliações social e física.

A partir daqui é possível fazer a síntese da avaliação, comparando os dados obtidos com os pressupostos projectuais, procurando explicar o sucesso ou o insucesso de cada caso através da compreensão do funcionamento do espaço, da identificação dos seus problemas podendo até, em último caso, precisar medidas que possam ajudar a qualificá-lo. O conteúdo dessa síntese será apresentado na parte final de cada caso de estudo.

